



REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO BARREIRO  
**PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE**  
maio 2024



SERVIÇOS DE  
**HIGIENE E  
SEGURANÇA  
NO TRABALHO**

José Fernando Rodrigues Silva, mestre em Higiene e Segurança Ocupacional, habilitado com o CAP nº 19840911EC5, técnico superior de segurança e saúde no trabalho do município de Albergaria-a-Velha, declara, para os devidos efeitos que o que o plano de segurança e saúde de que é autor, observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro e a Portaria n.º 101/96, de 3 de abril.

Mais declara que para a necessária atualização científica do título profissional no período compreendido entre 2020 e 2024, frequentou as seguintes ações de formação:

ATUALIZAÇÃO CIENTIFICA período de 2020 a 2023		HORAS
Fevereiro 2024	Webinário - Trabalhar com segurança na Era Digital (CICCOPN)	01h
Julho 2023	Riscos elétricos (ISCIA)	04h
Junho 2023	Webinário SST - Investir nas gerações futuras (ACT)	01h
Novembro 2022	Primeiros socorros e suporte básico de vida (GRAL)	07h
Outubro 2022	Webinário e exercício Instalação e gestão de ZCAP (ANEPC)	14h
Outubro 2022	Simulacro de acidente de trabalho em ambiente florestal	3,5h
Junho 2022	Produtos Químicos - armazenamento, manuseamento e controlo (ISCIA)	04h
Junho 2022	SCIE Técnicos Municipais 1º categoria de risco (Alves Rasteiro)	37 h
Agosto 2021	Suporte básico de vida com DAE (SafeAid)	07 h
Julho 2021	STS - Julho intensivo (ISCIA)	25 h
Junho 2021	STS - Situações epidémicas/pandémicas FORGESP)	25 h
Maio 2021	Workshop Riscos associados à remoção de fibrocimento/amianto (CICOPN)	01 h
Março 2021	Workshop O BIM e a Digitalização da Segurança no Trabalho da Construção (CICOPN)	01 h
Março 2021	Workshop RESÍDUOS NA CONSTRUÇÃO (CICCOPN)	01 h
Maio 2021	Workshop COVID 19 NO SETOR DA CONSTRUÇÃO (CICCOPN)	01 h
Dezembro 2020	Gestão do stress profissional (ZONA VERDE)	25h
Dezembro 2020	Gestão de equipas (GTI)	25h
Junho 2020	Gestão de riscos psicossociais (SEMA)	25 h

Albergaria-a-Velha, maio de dois mil e vinte e quatro

O técnico.

## ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO .....	5
1.1 – Finalidade do Plano de segurança e Saúde.....	5
1.2 – Desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde .....	6
1.3 – Aplicação do Plano de Segurança e Saúde.....	8
1.4 – Coordenação de Segurança e Saúde .....	8
1.5 – Comunicação Prévia .....	9
1.6 – Legislação Aplicável .....	9
1.7 – Organograma Funcional e Definição de Funções .....	9
1.8 – Horário de Trabalho .....	10
1.9 – Seguros de Acidentes de Trabalho e Outros .....	11
2 – CARACTERIZAÇÃO DA EMPREITADA.....	12
2.1 –Processos Construtivos e Métodos de Trabalho.....	12
2.2 –Programa de Trabalhos .....	12
2.3 –Plano de Trabalhos.....	13
3 – Ações para a prevenção de riscos .....	14
3.1 –Condicionalismos Locais .....	14
3.2 –Planeamento da Prevenção de Riscos .....	14
3.2 –Riscos Especiais da Empreitada e Medidas de Prevenção .....	15
4– OMISSÕES .....	29

## 1 – INTRODUÇÃO

O Presente Plano de Segurança e Saúde (PSS) visa dar cumprimento pelo Dono de Obra ao estabelecido nos Art.º5º e 6º do Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de Outubro.

Neste documento procedeu à identificação dos perigos e à avaliação dos riscos previsíveis nesta fase, pelo que a Entidade Executante – adjudicatária da empreitada no desenvolvimento ao PSS para a fase de obra, deverá ter em conta aspetos eventualmente não previstos em fase de projeto.

A Entidade Executante fica assim obrigada a desenvolver e especificar este Plano de Segurança e Saúde de modo a que analise, desenvolva e complemente as medidas previstas, integre a avaliação de riscos e a planificação dos trabalhos ou das fases de trabalho que terão lugar simultaneamente ou sucessivamente e, ainda, a previsão do tempo necessário à sua realização, tendo em conta o processo construtivo a utilizar na execução da obra.

Antes da implantação do estaleiro, a Entidade Executante terá que submeter à aprovação do Dono de Obra esse desenvolvimento e especificação do PSS.

Durante as diferentes fases de adjudicação e execução a Entidade Executante deverá fornecer os elementos solicitados nos diversos capítulos deste documento.

A Entidade Executante deverá ainda assegurar a atualização e adaptação do PSS, bem como a sua divulgação e distribuição por todos os intervenientes na execução da obra.

### 1.1 – Finalidade do Plano de segurança e Saúde

O alcance dos objetivos deste PSS deve basear-se num conjunto de princípios de atuação que deverão ser assumidos pela Entidade Executante perante o Dono da Obra e a Coordenação de segurança, nomeadamente:

- \_ Reconhecer a segurança no trabalho como parte influente do desempenho;
- \_ Cumprir toda a legislação e regulamentação do âmbito da segurança e saúde no trabalho;
- \_ Planear para todas as atividade com riscos associados, as medidas de prevenção e proteção necessárias;
- \_ Dar prioridade às medidas de proteção coletiva em relação às de proteção individual;

- \_ Registrar o planeamento das ações e a sua realização de forma a evidenciar a sua preparação e execução;
- \_ Reconhecer os direitos e deveres dos trabalhadores, os quais deverão ser envolvidos na implementação das medidas preventivas planeadas;
- \_ Incentivar os trabalhadores a zelarem pela sua própria segurança e pela dos colegas que possam ser afetados pelas suas ações;
- \_ Encorajar os trabalhadores a identificarem e comunicarem todas as situações de perigo que detetem, mesmo que estas não interfiram diretamente com a sua segurança;
- \_ Promover as ações necessárias para que seja compreendido por todos os trabalhadores as ações a implementar para assegurar a segurança do trabalho;
- \_ Mobilizar todos os recursos humanos e materiais necessários à implementação das ações planeadas para garantir a segurança no trabalho.

## 1.2 – Desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde

O PSS apresentado, deverá ser objeto de desenvolvimento e especificação pela Entidade Executante da obra, de modo a complementar as medidas previstas.

Para o efeito, a Entidade Executante deverá, até ao ato de assinatura do contrato, apresentar o Plano de Segurança e Saúde para a execução de obra, conforme o estabelecido no artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, e designadamente com a estrutura indicada no Anexo II e ter junto os elementos referidos no Anexo III, do Decreto-Lei acima referenciado.

A apresentação pela Entidade Executante do Desenvolvimento ao Plano de Segurança e Saúde tem carácter obrigatório e o seu incumprimento implica, no cumprimento da lei, a não autorização por parte do Dono de Obra da abertura do estaleiro.

Apresentado o referido Desenvolvimento do PSS, o mesmo será objeto de aprovação mediante validação técnica do Coordenador de Segurança em Obra.

O desenvolvimento do PSS consiste assim essencialmente na preparação e integração de projetos, planos e procedimentos referidos neste documento e na realização de registos das ações executadas que no seu conjunto serão incluídos nos anexos e que farão parte integrante do PSS.

A manutenção atualizada da documentação do PSS é da responsabilidade da Entidade Executante, nomeadamente do seu representante, nomeado para o efeito antes do início da empreitada, nas condições previstas na legislação em vigor.

Todos os arquivos do âmbito do PSS deverão permanecer no estaleiro arrumados de modo organizado durante toda a fase de construção. Caso seja necessário utilizar documentos noutros locais devem ser efetuadas cópias.

Os referidos anexos devem ser organizados de harmonia com a seguinte estrutura:

ANEXO	DESCRIÇÃO
1	A1.1 _ Trabalhos relevantes A1.2 _ Trabalhos com riscos especiais
2	A 2.1 _ Declaração do diretor técnico A 2.2 _ Declaração da entidade executante A 2.3 _ Declaração do técnico de segurança A 2.5 _ Declaração de aprovação do DPSS A 2.5 _ Declarações de aceitação do PSS A 2.6 _ Declaração relativa aos trabalhadores imigrantes
3	A 3.1 _ Comunicação prévia da abertura de estaleiro
4	A 4.1 _ Proposta de alteração de documentos A 4.2 _ Registo das alterações aprovadas
5	A 5.1 _ Organograma e definição de funções A 5.2 _ Política de qualidade, ambiente e segurança
6	A 6.1 _ Horários de trabalho A 6.2 _ Pedidos de realização de trabalhos extraordinários e respetivas autorizações
7	A 7.1 _ Plano de controlo de subempreiteiros Executantes A 7.2 _ Controlo de subempreiteiros Executantes A 7.3 _ Apólices de seguros de acidentes de trabalho e comprovativos de validade A 7.4 _ Apólices de seguros de responsabilidade civil e comprovativos de validade
8	A 8.1 _ Condicionalismos existentes no local
9	A 9.1 _ Cronograma de trabalhos A 9.2 _ Planos de mão de obra e equipamentos
10	A 10.1 _ Fichas de procedimentos de segurança
11	A 11.1 _ Projeto de estaleiro
12	A 12.1 _ Plano de acessos, circulação e sinalização interna no estaleiro
13	A 13.1 _ Plano de sinalização temporária na via pública
14	A 14.1 _ Controlo de equipamentos
15	A 15.1 _ Plano de proteções coletivas
16	A 16.1 _ Materiais com riscos especiais A 16.2 _ Fichas de dados de segurança
17	A 17.1 _ Plano de manutenção e prevenção
18	A18.1 Registo de não conformidades e ações corretivas
19	A 19.1 _ Registo de trabalhadores A 19.2 _ Registo de distribuição de EPIS`s A 19.3 _ Fichas de aptidão médica

20	A 20.1 _ Plano de formação A 20.2 _ Registo de formação de acolhimento A 20.3 _ Registo de formação
21	A 21.1 _ Registo de acidentes de trabalho A 21.2 _ Resumo mensal da situação de acidentes de trabalho
22	A 22.1 _ Plano de emergência A 22.2 _ Plano de contingência da empresa A 22.3 _ Plano de contingência da empreitada
23	A 23.1 _ Auditorias
24	A 24.1 _ Legislação aplicável
25	A 25.1 _ Avaliação de riscos
26	Outos documentos

### 1.3 – Aplicação do Plano de Segurança e Saúde

A Entidade Executante deve assegurar que o Plano de Segurança e Saúde e as suas alterações estejam acessíveis a todos os intervenientes no estaleiro, bem como promover a divulgação do mesmo e obrigar os subempreiteiros e trabalhadores independentes ao cumprimento das medidas nele previstas, obrigatoriamente essa, que deve ter expressão contratual.

Para tal, a Entidade Executante deve fazer a entrega aos subempreiteiros e trabalhadores independentes dos elementos constantes do Plano de Segurança e Saúde que estabeleçam as medidas de prevenção de riscos profissionais correspondentes a cada operação incluída nos trabalhos a desenvolver por cada um deles.

A entrega daqueles documentos deve ser acompanhada de uma declaração de compromisso de execução das referidas medidas de prevenção.

### 1.4 – Coordenação de Segurança e Saúde

Todas as entidades intervenientes no estaleiro devem, colaborar na melhoria do PSS, fazendo propostas de alteração ou de desenvolvimento e especificação.

Entretanto, é ao Coordenador de Segurança em Obra que cabe verificar o cumprimento do Plano de Segurança e Saúde, bem como de outras obrigações dos vários intervenientes em obra em matéria de segurança no trabalho de construção.

A Entidade Executante deve colaborar com o Coordenador de Segurança em Obra, cumprir e fazer respeitar por parte dos subempreiteiros e trabalhadores independentes as diretivas daquele.

Neste sentido, a Entidade Executante deve transmitir aos subempreiteiros e aos trabalhadores indepen-



dentes a nomeação de Coordenadores de Segurança em Obra, divulgando as correspondentes declarações de nomeação pelo Dono de Obra e de aceitação pelo Coordenador.

## 1.5 – Comunicação Prévia

A Entidade Executante enviará à Coordenação de segurança antes do início dos trabalhos e montagem do estaleiro os elementos da Comunicação Prévia que são da sua competência, de modo ao Dono da Obra efetuar essa mesma Comunicação antes do início dos trabalhos.

Sempre que houver qualquer atualização dos elementos por parte da Entidade Executante, esta entregará por escrito à Coordenação de segurança uma nova cópia dos Elementos da Comunicação Prévia, com as alterações claramente identificadas.

A Entidade Executante deverá ter afixado na vitrina de informações do estaleiro uma cópia, sempre atualizada da Comunicação Prévia. Todas as alterações deverão ser juntas em Anexo a este Plano de Segurança e Saúde.

## 1.6 – Legislação Aplicável

A legislação é de tal forma extensa e dispersa que nos escusamos de aqui a definir, contudo, na presente empreitada, a Entidade Executante deverá observar toda a regulamentação de segurança e saúde que se encontre em vigor.

A Entidade Executante deverá possuir no estaleiro uma pasta identificada, especial e exclusivamente, para a compilação da regulamentação aplicável, de modo a ser consultada sempre que necessário.

## 1.7 – Organograma Funcional e Definição de Funções

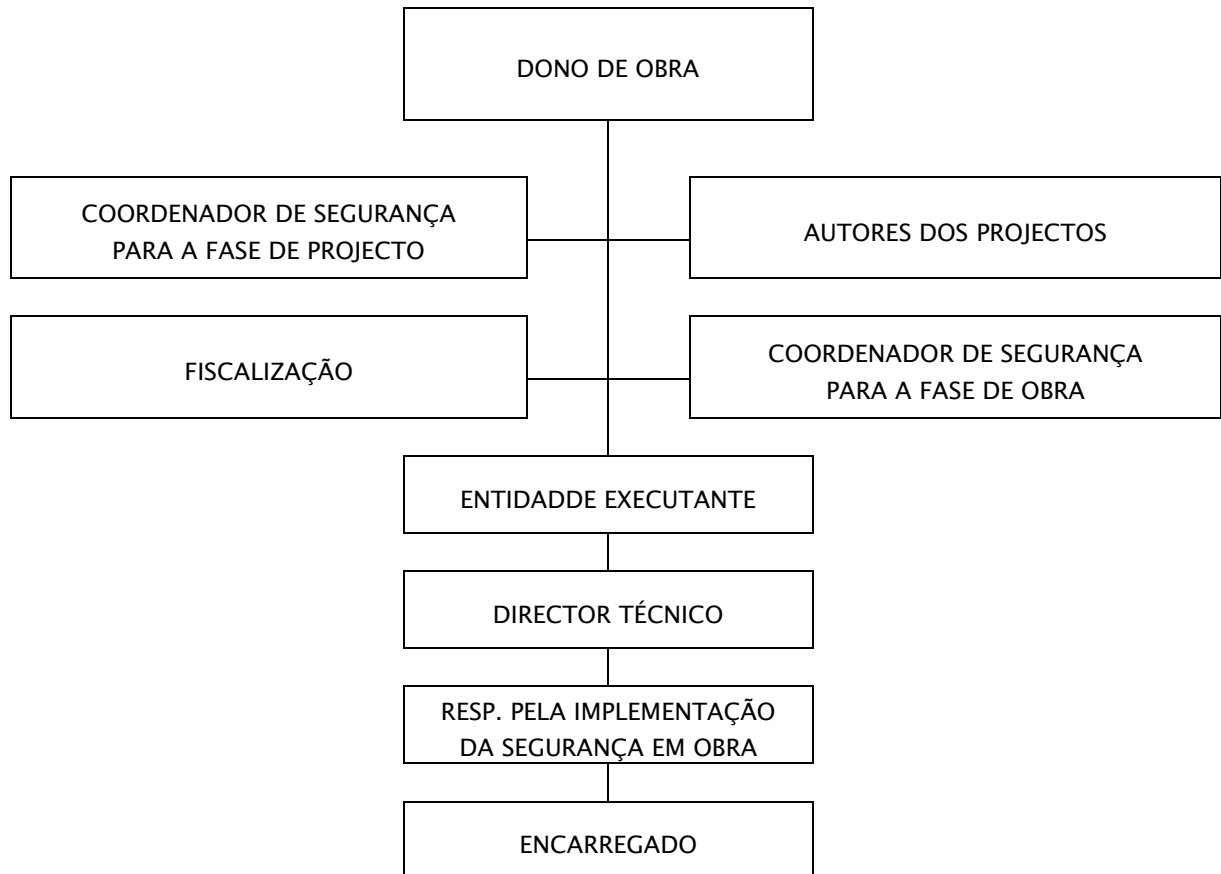
A Entidade Executante deverá estabelecer objetivamente o Organograma Funcional identificando os meios humanos afetos à empreitada. Cabe à Entidade Executante identificar e integrar no organograma os meios humanos afetos à gestão e controlo da segurança no trabalho, devendo no conjunto serem identificadas todos os profissionais necessários para preparar e organizar os documentos para adaptar/complementar o Plano de Segurança e Saúde e acompanhar e garantir a sua implementação.

Os projetos, planos e procedimentos relativos à segurança no trabalho devem ser preparados e verificados por técnicos com formação adequada, de acordo com as respetivas especialidades. Quanto aos registos de verificação do preconizado nos projetos, planos e procedimentos podem ser efetuados pelos encarregados responsáveis por cada frente de trabalho.

A Entidade Executante deverá submeter à aprovação da Coordenação de segurança o Organograma Fun-

cional e juntar os currículos do(s) responsável(eis) pela segurança e saúde e técnicos mais importantes a afetar à empreitada.

Para esta obra está prevista a seguinte estrutura organizacional:



**Figura 1** – Organograma funcional.

É obrigação da Entidade Executante manter, em todos os períodos e frentes de trabalho, pelo menos uma pessoa com formação de socorrista, sendo de preferência um dos seus trabalhadores.

## 1.8 – Horário de Trabalho

Antes do início dos trabalhos, a Entidade Executante deverá submeter à aprovação da Coordenação de segurança o Horário de Trabalho que pretende utilizar no decurso da empreitada.

A realização de trabalhos fora dos períodos previstos no horário em vigor terá que ser submetida a autorização da Coordenação de segurança.

A Coordenação de segurança reserva-se o direito de não autorizar trabalhos fora do horário previsto, se achar que não há fundamento nos motivos apresentados pelo Entidade Executante.

A Entidade Executante arquivará, na pasta de obra, cópia de todos os Horários de Trabalho utilizados na empreitada, notando sobre os mesmos os períodos de validade. Os pedidos de realização de trabalho extraordinário e respetivas autorizações devidamente assinadas pela Coordenação de segurança serão arquivados igualmente na pasta de obra.

## 1.9 – Seguros de Acidentes de Trabalho e Outros

A Entidade Executante deve possuir em obra uma cópia dos seguros de acidentes de trabalho, e outros, que deve incluir todo o pessoal empregue no estaleiro, incluindo subempreiteiros e trabalhadores independentes.

Qualquer apólice descrita deverá ser válida no início da execução física dos trabalhos, devendo-se anexar junto da folha de registo, cópias das apólices e comprovativo de validade.

Em caso algum é permitida a permanência no estaleiro de pessoas não cobertas pelo seguro, sendo a Entidade Executante responsável por permitir a permanência de pessoas não cobertas por seguro no estaleiro. É igualmente da responsabilidade da Entidade Executante assegurar que todos os trabalhadores da obra sejam eles do quadro da empresa, ou externos na prestação de serviços, estejam cobertos por seguros de acidente de trabalho.

A Coordenação de segurança verificará periodicamente a conformidade dos seguros de acidentes de trabalho da Entidade Executante, através da inspeção dos respetivos registos.

Os acidentes de trabalho de que resultem a morte ou lesão grave dos trabalhadores devem ser comunicados à Autoridade para as Condições do Trabalho – Centro Local do Baixo Vouga, situada na Av. Dr. Lourenço Peixinho, 98 – 1.º, 3800-159 Aveiro, no prazo de 24 horas, pelo empregador da vítima, ou quando estejam em causa trabalhadores independentes, a mesma deve ser feita por quem o contratou, pelo diretor de obra ou pela, Entidade Executante de acordo com o estipulado no art.º 24º do DL 273/03.

A Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, determina que a empresa adjudicatária deve assegurar a coordenação dos seus subempreiteiros e trabalhadores independentes através da organização das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho previstas naquele diploma.

Há pois que assegurar, o cumprimento por parte dos subempreiteiros e trabalhadores independentes a laborarem nos estaleiros da Empresa, das disposições legais que na área laboral e da SHST sejam aplicáveis. Para este efeito, pretende-se implementar um plano de controlo de alguns aspetos normativos relevantes na área da SHST, no intuito de facilitar o seu seguimento pelas estruturas organizativas das obras.

A entidade executante deverá efetuar o controlo de todos os subempreiteiros Executantes e sucessiva cadeia de subcontratação, devendo para tal registar e manter permanentemente atualizados os respetivos ficheiros.

## 2 – CARACTERIZAÇÃO DA EMPREITADA

A presente empreitada é referente à obra de REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO BARREIRO, incluindo-se nesta empreitada diversos trabalhos, nomeadamente:

1. Montagem e desmontagem de estaleiro;
2. Trabalhos diversos;
3. Limpezas e acabamento finais.

### 2.1 –Processos Construtivos e Métodos de Trabalho

A Entidade Executante antes da realização de qualquer trabalho, identificará quais os processos construtivos e/ou métodos de trabalho que vai utilizar, os riscos associados, e as medidas preventivas que prevê implementar.

Nenhum trabalho que envolva riscos deverá ser realizado de forma imprevista, não planeada e não considerada nos documentos do Plano de Segurança e Saúde.

No caso de a Entidade Executante utilizar métodos e processos construtivos não tradicionais ou que apresentem níveis de complexidade não habitual, esta para além dos procedimentos de inspeção e prevenção preparará previamente os procedimentos ou instruções de trabalho que submeterá à aprovação da Coordenação de segurança.

Os procedimentos ou instruções de trabalho são documentos que devem especificar para cada atividade o seu modo operativo, ou seja, o modo como é realizada. Têm como objetivo servir de base à identificação e avaliação de riscos envolvidos na sua execução e à definição das medidas preventivas a implementar para eliminar ou reduzir a probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho e/ou doenças profissionais.

A Entidade Executante arquivará todos os procedimentos ou instruções de trabalho que sejam preparados e implementados em anexo a este Plano de Segurança e Saúde.

### 2.2 –Programa de Trabalhos

O programa de trabalhos é composto por Plano de Trabalhos, Plano de Mão-de-Obra e Plano de Equipamentos.

## 2.3 –Plano de Trabalhos

É responsabilidade da Entidade Executante preparar e apresentar o Plano de Trabalhos para a empreitada, tendo em conta o previsto no Projeto de Execução e no Caderno de Encargos e o desenvolvimento do faseamento apresentado anteriormente.

Pretende-se que este se aperceba dos períodos com maior incidência de trabalhos simultâneos, em que, como é sabido, a probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho, ou doenças profissionais, é mais elevada.

Pretende-se igualmente que o Plano de Trabalhos seja preparado de forma a evitar que sejam realizados simultaneamente trabalhos que se considerem incompatíveis por acarretar riscos acrescidos aquando da sua execução

Independentemente do previsto em termos de Caderno de Encargos, a Coordenação de segurança deverá fazer a aprovação final do Plano de Trabalhos, através de assinatura no mesmo onde menciona a sua aprovação ou rejeição.

O Plano de Trabalhos deve ser alterado sempre que se considere necessário por razões de segurança dos trabalhadores. A Coordenação de segurança pode solicitar à Entidade Executante, sempre que assim o entenda, as alterações ao plano de trabalhos que considere necessárias.

## 3 – AÇÕES PARA A PREVENÇÃO DE RISCOS

As ações a empreender, na realização dos trabalhos da empreitada, para a prevenção de riscos devem ser objeto de planeamento prévio que resultará na preparação de um conjunto de projetos, planos e procedimentos relativos à segurança e saúde.

Nesta secção, são definidas as regras a atender para essa preparação, que se considera necessário desenvolver e implementar na fase de execução da empreitada, para a prevenção dos riscos associados à realização dos trabalhos.

### 3.1 –Condicionanismos Locais

Deverão ser analisados os condicionanismos locais relevantes para a implantação da obra, que possam ter influência nas condições de segurança no trabalho no estaleiro.

Entre outros aspetos que a localização do estaleiro venha a colocar salientam-se os seguintes condicionanismos:

- \_ Infra-estruturas aéreas e enterradas;
- \_ Estruturas confinantes e eventuais impactos causados pela Execução da Obra;
- \_ Acessos e eventual conflitualidade com vias existentes de trânsito pedonal e rodoviário.

A Entidade Executante deverá estabelecer um conjunto de medidas de prevenção adequadas aos riscos eventualmente originados pelos referidos condicionanismos, que venham a ser identificados.

### 3.2 –Planeamento da Prevenção de Riscos

No ponto seguinte “Riscos Especiais da Empreitada e Medidas de Prevenção”, dá-se a máxima atenção à identificação dos Riscos Especiais constantes nesta empreitada e correspondentes medidas de prevenção a adotar, sem prejuízo de se exigirem, conforme atrás se refere, Planos específicos para determinados trabalhos. Esta obrigação contida no PSS assenta numa avaliação de Riscos feita em fase de Projeto.

Entretanto, os trabalhos a executar no âmbito desta empreitada implicam, naturalmente, uma muito maior quantidade e diversidade de Riscos Profissionais, considerados de menor gravidade mas cuja identificação e definição de correspondentes medidas de prevenção são imprescindíveis.

Assim, a Entidade Executante, no desenvolvimento e especificação deste Plano de Segurança e Saúde para a execução da Obra deve, com base na abordagem das várias operações a executar, definir todas as medidas de prevenção – coletiva e individual – a observar na empreitada em assunto.

### 3.2 –Riscos Especiais da Empreitada e Medidas de Prevenção

Esta empreitada inclui trabalhos com riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores, particularmente enquadráveis nas alíneas **a), b), e) e j)**, do artigo 7º, do Decreto-Lei n.º 273/03, de 29 de Outubro. A Entidade Executante, na adaptação do Plano de Segurança e Saúde para a fase de obra deve definir meios, equipamentos e metodologias de trabalho e aprofundar as medidas de prevenção adequadas aos riscos especiais identificados.

A presente empreitada inclui alguns materiais que abaixo se identificam, que podem ser prejudiciais para a segurança e saúde dos trabalhadores.

A Entidade Executante deve identificar outros materiais que considerem ser de integrar nessa lista, com vista a prever-se medidas especiais de manipulação desses materiais, incluindo o correto armazenamento, o respeito pelas regras de utilização do fabricante e o uso do equipamento de proteção individual adequado.

Materiais com riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores.

Materiais	Riscos	Avaliação do Risco		
		Baixo	Médio	Alto
Madeiras	Cortes	X		
	Contusões	X		
	Dermatoses	X		
Carburantes e/ou combustíveis	Dermatoses e queimaduras		X	
	Intoxicações		X	
	Incêndio/explosão			X
Cimento	Dermatoses			X
	Problemas respiratórios		X	
Inertes	Silicose por sensibilidade a poeiras		X	
	Inflamação dos olhos		X	
Betões e Argamassas	Dermatoses			X
Tintas e diluentes	Dermatoses		X	

### 3.3 –Projeto do Estaleiro

O Projeto do Estaleiro será elaborado pela Entidade Executante atendendo ao previsto no Projeto e Cader-  
no de Encargos, e deverá ser apresentado para aprovação da Coordenação de segurança nos prazos defi-  
nidos, sendo anexado a este Plano de Segurança e Saúde cópia do Projeto do Estaleiro e alterações que  
vierem a ser efetuadas. Para o efeito entende-se por Estaleiro os locais onde se efetuam os trabalhos  
incluídos na empreitada, bem como os locais onde se desenvolvem atividades de apoio direto àqueles tra-  
balhos.

Na elaboração desse projeto deverá ser seguida a regulamentação específica aplicável, e, sem prejuízo da  
aplicação dessa regulamentação, todas as áreas do estaleiro têm que cumprir as regras indicadas neste  
Plano de Segurança e Saúde, e outras que o Coordenador de Segurança em Obra e/ou a Coordenação de  
segurança determinem.

O Projeto do Estaleiro deverá identificar e definir objetivamente através de peças desenhadas e escritas, a  
implantação e características das instalações de apoio à execução dos trabalhos, dos equipamentos de  
apoio fixos, das infra-estruturas provisórias e de todos os outros elementos que as características dos  
trabalhos, os métodos e processos construtivos a utilizar determinem.

Esse projeto deverá contemplar, nas situações aplicáveis, a implantação do estaleiro principal e eventuais  
estaleiros de apoio às frentes de trabalho.

Será no estaleiro que se estabelecerão todas as regras e procedimentos relativos à implantação das insta-  
lações de apoio e execução dos trabalhos, dos equipamentos de apoio, das infra-estruturas provisórias  
(água, esgotos, eletricidade) e outros elementos resultantes dos métodos e processos construtivos.

Pretende-se com isto que haja uma organização e arrumação dos vários elementos do estaleiro, de modo  
a prever adequada limpeza de todas as zonas de passagem ou permanência dos trabalhadores.

Sem prejuízo do regulamentado, o projeto do estaleiro deverá respeitar, quando aplicável, os aspetos a  
seguir referidos, quer no estaleiro principal, quer em todos os estaleiros de apoio às frentes de trabalho.

#### **Vedações:**

Os materiais e equipamentos utilizados na execução da obra, assim como os entulhos, situar-se-ão obri-  
gatoriamente no interior da zona vedada, exceto se de outra forma for devidamente autorizado pela  
Coordenação de segurança, devidamente assinalada nas peças do projeto do estaleiro.

Os acessos ao estaleiro deverão obrigatoriamente conter a sinalização de segurança, devendo ser assegu-  
rado que o acesso ao estaleiro seja reservado apenas a pessoas autorizadas.

A vedação por rede e poste será utilizada em zonas onde a colocação da chapa e perfil, devido à sua  
inflexibilidade, se mostre ineficiente ou de difícil execução, nomeadamente em zonas de talude em locais  
onde seja necessária uma boa visibilidade para o exterior.

Não serão autorizadas vedações com recurso a fita sinalizadora.



### **Instalações Sanitárias:**

Os trabalhadores terão na proximidade das frentes de trabalho, retretes e lavatórios em número proporcional à sua quantidade. A Entidade Executante terá de providenciar estas instalações em obra, e no seu dimensionamento dever-se-ão observar os parâmetros constantes do Decreto- Lei n.º 46427 de 10 de Julho de 1965, devendo estar disponível, pelo menos, uma retrete por cada 25 indivíduos. Deverão ser ainda disponibilizados locais reservados à lavagem do pessoal, devidamente resguardados das vistas, drenagem dos esgotos feita por ligação à rede de esgotos municipal ou com sistema próprio (fossa), e instalações sanitárias com água suficiente para todos os dispositivos instalados, devidamente iluminadas. Estas instalações serão limpas periodicamente, de modo a existirem condições de higiene aceitáveis.

### **Refeitório:**

Deverá ser previsto um local destinado à toma de refeições, coberto e abrigado das intempéries, com mesas e assentos. Quando a natureza da obra e a sua localização o justificar, deverão ser montadas cozinhas com chaminés. Deverão ser respeitadas as normas constantes da legislação.

### **Armazéns de Materiais:**

Todos os materiais e equipamentos de pequena dimensão e/ou que possam deteriorar-se ao ar livre devem ser adequadamente organizados e arrumados em zonas de armazenamento fechadas.

### **Estaleiro de Preparação de Armaduras:**

Devem ser previstas áreas organizadas para depósito dos varões de aço organizado por baias para separação de varões por diâmetros, corte dos varões de aço, depósito de desperdícios, área de dobragem dos varões de aço, depósito de varões de aço dobrados e área de pré-fabrico das armaduras.

### **Estaleiro de Preparação de Cofragens:**

No estaleiro para a preparação de cofragens devem ser previstas áreas organizadas para depósito de materiais para cofragens, depósito de painéis de cofragem pré-fabricados, para a execução e reparação de cofragens, depósitos de cofragens fabricadas e depósito para cofragens usadas.

### **Parques de Equipamentos Móveis:**

No estaleiro será prevista, caso aplicável, zona de parque de equipamentos móveis destinada a estacionamento de todos os equipamentos sempre que não estejam a ser utilizados.

#### **Parques de Materiais:**

Os materiais serão arrumados e organizados em parques próprios de acordo com as suas características e serão transportados para as zonas de trabalho para serem aplicados.

#### **Limpeza e Recolha de Lixos:**

O Entidade Executante deverá prever a limpeza de todas as zonas de passagem ou permanência dos trabalhos, incluindo as zonas de trabalho, e a recolha dos lixos em recipientes fechados e providenciar a sua remoção diária.

#### **Circulações Internas:**

Projeto de Estaleiro integrará a definição dos caminhos de circulação internos e de acessos às várias frentes de trabalho, devendo ser considerado o faseamento dos trabalhos e a necessidade de acesso de camiões e de gruas móveis.

#### **Vitrina Para Afixação de Informação:**

No estaleiro será obrigatoriamente montada pelo menos uma vitrina, com dimensões adequadas, em local bem visível e acessível a todos os trabalhadores, destinada a afixar documentação sobre segurança e saúde, nomeadamente, a exigida por lei e a prevista no Plano de Segurança e Saúde.

### **3.4 –Plano de Acesso, Circulação e Sinalização**

O Plano de Acesso, Circulação e Sinalização pretende dar resposta à exigência do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, de serem tomadas medidas para garantir as condições de acesso e circulação, necessárias à segurança de todos os trabalhadores no estaleiro e frentes de trabalho.

O Plano de Acesso, Circulação e Sinalização será elaborado pela Entidade Executante, de que se anexará cópia no Plano de Segurança e Saúde, de forma a programar a adoção de medidas capazes de garantir adequadas condições de acesso e circulação necessárias à segurança de todos os trabalhadores, e transeuntes nas imediações do estaleiro tendo em conta a natureza, características, dimensão e localização da obra.

Para o efeito, o Plano de Acesso, Circulação e Sinalização integrará uma planta que identifique todos os locais que constituem o estaleiro, as vias rodoviárias contíguas e os caminhos pedonais, criados ou a criar, e onde deverá constar:

- \_ Todas as indicações relativas à sinalização de segurança e de saúde;
- \_ Todas as indicações relativas à sinalização de circulação.

Na preparação do Plano de Acesso, Circulação e Sinalização deverá ser considerado o seguinte:

- \_ Identificar todos os acessos para viatura e pessoas ao estaleiro;
- \_ Todas as entradas no estaleiro devem possuir sinalização externa proibindo a entrada a pessoas estranhas à obra e indicação do Equipamento de Proteção Individual de utilização obrigatória dentro do estaleiro;
- \_ Na definição dos caminhos de circulação deve ser considerada a movimentação de todos os materiais e equipamentos utilizados na obra, nomeadamente dos elementos de maiores dimensões;
- \_ Equipamento a utilizar no transporte e movimentação dos elementos de maiores dimensões, assim como a localização dos mesmos face às condicionantes existentes;
- \_ Deverá ser prevista a colocação dos dispositivos necessários para garantir a segurança na entrada e saída de viaturas no estaleiro;
- \_ Tomar as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas. Não deve ser permitido em caso algum o atravessamento do estaleiro por pessoas estranhas à obra;
- \_ Em todos os locais do estaleiro devem ser previstos locais para passagem das viaturas utilizadas no transporte de materiais e/ou equipamentos para a carga ou descarga destes;
- \_ A sinalização externa ao estaleiro terá que ser submetida à aprovação da Coordenação de segurança, mas também à das entidades competentes para o efeito;
- \_ Sinalização de zonas perigosas ou interditas, com identificação dos perigos;
- \_ Caminhos pedonais para circulação de trabalhadores;
- \_ Sinalização da localização dos meios de combate a incêndio e de saídas de emergência nos casos justificáveis;
- \_ As instalações existentes no estaleiro devem ser devidamente identificadas.

Os trabalhadores e seus representantes para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho deverão ser informados e consultados sobre as medidas relativas à sinalização de segurança e saúde utilizadas pela Entidade Executante.

A sinalização de segurança e de saúde será efetuada através de placas combinando símbolos e cores com significado determinado, sinais luminosos e/ou acústicos pré-convencionados e sinais gestuais pré-convencionados.

Caberá à Entidade Executante propor quais os sinais a utilizar, indicando-os na planta de Planos Complementares da Empreitada.

Os trabalhadores deverão receber formação sobre a sinalização de segurança e saúde adequada às características dos locais de trabalho, em especial sobre o seu significado e sobre os comportamentos gerais e

específicos a adotar.

A sinalização de segurança e de saúde será efetuada através de placas combinando símbolos e cores com significado determinado, sinais luminosos e/ou acústicos pré-convencionados e sinais gestuais pré-convencionados.

Caberá ao Entidade Executante Adjudicatário propor quais os sinais a utilizar, indicando-os na planta de Planos Complementares da Empreitada.

A Entidade Executante deverá elaborar o Plano de Acesso, Circulação e Sinalização na parte de sinalização de circulação em conformidade com o disposto *no Regulamento de Sinalização de Carácter Temporário de Obras e Obstáculos na Via Pública*, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 33/88, de 12 de Setembro.

Outras leis e regulamentos de interesse para a sinalização de circulação e de segurança e saúde são as seguintes:

- \_ Decreto-Lei n.º 141/95, de 14 de Junho;
- \_ Portaria 1456-A/95, de 11 de Dezembro e Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 10 de Outubro;
- \_ Portaria 101/96, de 3 de Abril;
- \_ Regulamentos Municipais aplicáveis, caso existam.

### 3.5 – Planos Complementares da Empreitada

#### Condições Comuns aos Planos Complementares

Para além dos planos complementares descritos nos pontos seguintes, todos os planos complementares à Empreitada que o Dono da Obra exigir ao Entidade Executante no sentido de clarificar os processos construtivos e de prevenção, deverão ser elaborados tendo em atenção as recomendações efetuadas neste Plano de Segurança e Saúde. Isto sem prejuízo de outros aspetos relevantes que a Entidade Executante e a Coordenação de segurança achem pertinentes ver integrados nos planos complementares da obra, como, por exemplo, os planos de escavação, betonagens, cofragens, montagem de equipamento, segurança ativa e passiva, etc.

Os planos deverão ser apresentados à Coordenação de segurança para aprovação atempadamente antes do início dos trabalhos a que se reportam.

A Entidade Executante não poderá executar qualquer trabalho antes da Coordenação de segurança aprovar o Plano respetivo.

Os Planos, e as respetivas alterações, que forem executados no âmbito desta empreitada deverão ser anexados junto do projeto do estaleiro, ou em alternativa, deverá o Coordenador de Segurança em Obra indicar onde estão compilados.

## Plano de Escavações

Antes de iniciar os trabalhos de escavações, e sem prejuízo de outros aspetos que o Coordenador de Segurança em Obra considere relevantes, a Entidade Executante deverá apresentar um Plano de Escavações, que deverá respeitar os seguintes parâmetros:

- \_ Caracterização de infra-estruturas enterradas conhecidas com base em cadastros recolhidos, e avaliação sobre eventuais riscos de subsistirem outras infra-estruturas não identificadas, e, em caso afirmativo, quais os procedimentos a adotar;
- \_ Caracterização dos solos sujeitos a escavação;
- \_ Planeamento rigoroso dos trabalhos de escavação – localização, extensão, profundidade, largura e quanto tempo – para executar que trabalho;
- \_ Informação sobre os métodos e sistema de entivação a utilizar;
- \_ Informação sobre os equipamentos a utilizar nas várias operações – Escavação, Aplicação de Entivação e Aterro – e normas de segurança a adotar pelos condutores dos mesmos – distâncias de segurança a manter em operações, velocidades de circulação, caminhos de circulação;
- \_ Sistema de transporte e depósito de terras;
- \_ Medidas de prevenção coletiva;
- \_ Acessos ao interior da Escavação;
- \_ EPI – equipamento de proteção individual a utilizar pelos trabalhadores.

Sem prejuízo de outros aspetos relevantes, o Plano de Escavações deverá ser elaborado atendendo, nomeadamente, ao seguinte:

- \_ Todas as escavações com mais de 1,0 m de profundidade deverão ter talude natural ou serem entivadas. Neste último caso, deverão ser identificados os processos de entivação e respetivos cálculos justificativos;
- \_ Os equipamentos deverão circular sempre afastados dos topos dos taludes;
- \_ No cimo dos taludes acessíveis por pessoas da obra devem ser montadas guardas de segurança que garantam uma proteção coletiva adequada face ao risco da queda;
- \_ Não devem ser depositados ou colocados materiais provenientes de escavação junto aos bordos superiores (cristas) dos taludes de escavação.

A Entidade Executante arquivará em Anexo, cópia do Plano de Escavações e eventuais alterações.

## Plano de Proteções Coletivas

Como princípio de prevenção geral, a Entidade Executante deve dar prioridade às medidas de proteção coletiva em relação às de proteção individual.

O Plano de Proteções Coletivas a desenvolver e atualizar face à evolução dos trabalhos pela Entidade Executante deve definir os equipamentos de proteção coletiva (EPC) a empregar e respetiva implantação nos

locais adequados em função dos riscos a que os trabalhadores poderão estar exposto.

### 3.6 –Plano de Inspeção e Prevenção

#### Considerações Gerais

O Plano de Inspeção e Prevenção tem como objetivo estabelecer para os elementos/operações de construção com riscos associados, as medidas preventivas a adotar face a esses riscos, assim como estabelecer o processo de registos de forma a comprovar a execução das medidas previstas.

O Plano de Inspeção e Prevenção baseia-se na utilização sistemática das seguintes;

- \_ Procedimentos de inspeção e prevenção;
- \_ Registo de inspeção e prevenção;
- \_ Registo de não conformidade e ações corretivas/preventivas.

#### Ficha de Procedimentos de Inspeção e Prevenção

Com os procedimentos de inspeção e prevenção pretende-se identificar os riscos e planejar as respetivas medidas preventivas associadas à execução de cada elemento/operação de construção.

A Coordenação de segurança podem em qualquer momento determinar a elaboração de novos procedimentos de inspeção e prevenção.

A Entidade Executante arquivará em anexo ao Plano de Segurança e Saúde a lista de procedimentos de inspeção e prevenção da obra e os originais das respetivas fichas devidamente assinados e datados.

#### Ficha de Registo de Inspeção e Prevenção

A utilização corrente das fichas de procedimentos de inspeção e prevenção assenta no controlo das verificações/tarefas nelas previstas.

Os resultados deste controlo serão registados em fichas próprias, com a designação de ficha de registo de inspeção e prevenção, a qual deve ser preenchida para cada elemento/operação de construção.

Com o preenchimento desta ficha, a Entidade Executante é responsabilizada pela segurança na execução dos trabalhos, introduzindo-se o auto-controlo.

É responsabilidade do Entidadde Executante proceder à verificação da execução dos elementos/operações de construção de acordo com os procedimentos de inspeção e prevenção estabelecidos, assim como registar as ações realizadas e respetivos resultados das inspeções, medições e ensaios efetuados no âmbito de cada verificação.

É responsabilidade da Entidade Executante:

- \_ Proceder ao controlo conforme as verificações/tarefas previstas nos procedimentos de inspeção e pre-

venção. O controlo, correspondente às verificações identificadas como ponto de paragem, tem que ser objeto de reverificação pelo Diretor da Obra e de verificação da Coordenação de segurança;

- \_ Efetuar os registos das ações de controlo desenvolvidas;
- \_ Registrar todas as não conformidades que ocorram;
- \_ Facultar ao Dono de obra até ao dia 8 de cada mês, pelo menos um relatório mensal das atividades de HST implementadas na obra.

Cabe à Coordenação de segurança a responsabilidade de acompanhar e certificar o cumprimento das ações desenvolvidas pela Entidade Executante confirmando, no mínimo, as que forem assinaladas como ponto de paragem. Sempre que considere justificável, a Coordenação de segurança poderá ordenar que aquele proceda à elaboração dos registos de não conformidade. Em caso de dúvida, a Coordenação de segurança poderá elaborar esses registos, devendo a Entidade Executante juntá-los ao processo e tomar as ações correspondentes.

Cada elemento ou operação de construção a controlar dará origem a tantas fichas quantas as vezes esse elemento ou operação de construção se repetir.

Os registos de inspeção e prevenção deverão ser arquivados em obra pela Entidade Executante em anexo ao Plano de Segurança e Saúde. O arquivo será organizado de acordo com o sistema de codificação dos elementos ou operações de construção estabelecido pela Entidade Executante.

#### **Ficha de Registo de Não Conformidade e Ações Corretivas/Preventivas**

Sempre que a Entidade Executante e/ou a Coordenação de segurança considerar (em) que uma não conformidade apresenta gravidade significativa (requerendo ações corretivas importantes) ou que embora de menor gravidade corresponda a uma situação de reincidência, deve elaborar-se o devido registo.

É responsabilidade da Entidade Executante:

- \_ Identificar e descrever as não conformidades;
- \_ Propor e acordar com a Coordenação de segurança as ações corretivas/preventivas a executar;
- \_ Desenvolver dentro do prazo acordado as ações corretivas/preventivas;
- \_ Verificar a eficácia das ações preventivas;
- \_ Analisar as causas das não conformidades;
- \_ Providenciar a implementação de ações para eliminar as causas reais e/ou potenciais das não conformidades.

É da responsabilidade da Coordenação de segurança:

- \_ Acordar com a Entidade Executante ou determinar as medidas preventivas a executar;
- \_ Analisar a eficácia das medidas preventivas;

- \_ Decidir sobre as ações corretivas/preventivas a implementar. Quando justificável, a Coordenação de segurança deverá comunicar ao Dono da Obra as ocorrências, o qual deverá pronunciar-se determinando as medidas que entenda adequadas;
- \_ Analisar a eficácia das ações corretivas/preventivas implementadas no caso de não conformidades de gravidade significativa.

Os registos de não conformidade e ações corretivas/preventivas deverão ser arquivados em obra pela Entidade Executante em anexo ao Plano de Segurança e Saúde.

### 3.7 –Plano de Identificação e Saúde dos Trabalhadores

Nos termos da Lei-Quadro sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, constitui obrigação da entidade empregadora assegurar a vigilância adequada da saúde dos trabalhadores em função dos riscos a que se encontram expostos.

É obrigação da Entidade Executante assegurar que cada um dos seus trabalhadores, subempreiteiros ou trabalhadores independentes possuem aptidão física e psíquica para o exercício das funções que irão exercer.

O Plano de Identificação e Saúde dos Trabalhadores pretende dar resposta a essa exigência, verificando a aptidão física e psíquica do trabalhador para o exercício da sua profissão.

A nível de identificação, todos os trabalhadores da obra, antes de iniciarem as suas funções na obra terão que preencher uma ficha de identificação individual em modelo à escolha da Entidade Executante, a qual deve conter os principais dados de identificação pessoal (os que constam no BI, ou de preferência anexar uma fotocópia perfeitamente legível do BI), Entidade Empregadora, categoria profissional e data de início de funções na obra.

Em Anexo ao Plano de Segurança e Saúde devem ser arquivadas as fichas individuais de todos os trabalhadores contendo todos os dados mencionados e devidamente assinadas e datadas pelo Diretor da Obra. Na ficha individual de cada trabalhador da obra terá que ser registada a data do último exame médico a que o trabalhador foi sujeito, e o resultado da inspeção médica, devendo ser anexada a cada ficha a declaração assinada pelo Médico do Trabalho, atestando a aptidão do trabalhador e data da próxima inspeção médica.

Deve para tal prever-se a forma de assegurar essa vigilância que incluirá exames de saúde obrigatoriamente nos seguintes momentos:

- \_ No momento de entrada de cada trabalhador no estaleiro;
- \_ Com periodicidade mínima anual;



\_ Regresso ao trabalho após ausência superior a 30 dias.

O mesmo será dizer que a Entidade Executante disporá de um serviço de apoio médico à obra a quem ficará cometida a vigilância da saúde dos trabalhadores, no mínimo nos moldes referidos no parágrafo anterior.

### 3.8 –Plano de Proteções Individuais

O Plano de Proteções Individuais preconizado visa a atenuação dos riscos associados às tarefas específicas de cada trabalhador desta empreitada, assentando essencialmente na utilização de equipamentos de proteção individual (EPI).

Por EPI entende-se qualquer equipamento ou seu acessório destinado a uso pessoal do trabalhador para proteção contra riscos suscetíveis de ameaçar a sua segurança ou saúde no desempenho das tarefas que lhe são cometidas.

As condições de utilização destes equipamentos de proteção individual, nomeadamente no que se refere à sua duração, serão determinadas em função da gravidade do risco, da frequência da exposição ao risco, das características do posto de trabalho de cada trabalhador e do comportamento do equipamento.

O Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de Outubro, e a Portaria n.º 988/93, de 6 de Outubro, definem regras de utilização dos equipamentos de proteção individual, devendo estes ser utilizados sempre que os riscos existentes não puderem ser evitados de forma satisfatória por meios técnicos de proteção coletiva ou por medidas, métodos ou processos de organização do trabalho.

Na definição dos EPI que cada trabalhador deverá utilizar, deverão distinguir-se os de uso permanente e os de uso temporário. Os primeiros destinam-se a serem utilizados durante a permanência de qualquer trabalhador no estaleiro. Os segundos serão utilizados pelo trabalhador dependendo do tipo de tarefa que desempenha e dependendo das condições de trabalho excecionais a que este possa vir a estar sujeito.

Antes da utilização de qualquer EPI, a Entidade Executante terá que assegurar que são transmitidas ao trabalhador que vai utilizar o EPI todas as instruções necessárias para o correto uso do equipamento. Ao trabalhador caberá a responsabilidade de respeitar as instruções de utilização e participar todas as anomalias ou defeitos que detete no equipamento.

A Entidade Executante registará a distribuição de EPI a todos os trabalhadores da obra, incluindo os subempreiteiros e trabalhadores independentes.

No ato da entrega de EPI, cada trabalhador deverá assinar a sua receção, competindo à Entidade Executante, nos termos da legislação em vigor, informar aquele dos riscos que cada EPI visa proteger.

### 3.9 –Plano de Formação e Informação dos Trabalhadores

Nos termos da Lei-Quadro sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, constitui obrigação da Entidade Executante assegurar a formação e informação dos trabalhadores tendo em conta as funções que desempenham e o posto de trabalho que ocupam.

Tendo em consideração as características dos trabalhos a realizar, ao prazo de execução da empreitada, às condicionantes existentes e aos métodos e processos construtivos, a Entidade Executante deverá preparar um Plano de Formação e Informação dos Trabalhadores.

O Plano de Formação e Informação dos Trabalhadores poderá incluir ações de diversa ordem, de que se salientam:

- \_ Proporcionar condições para a formação específica de trabalhadores;
- \_ Promover ações de sensibilização para a generalidade dos trabalhadores;
- \_ Calendarizar reuniões periódicas por grupos de trabalhadores;
- \_ Afixar informações gerais realçando aspetos essenciais.

Todas as ações do âmbito da Formação e Informação dos Trabalhadores devem ser registadas, incluindo nomeadamente, registos de presenças, tema abordado, duração, etc., devendo a Entidade Executante incluir em anexo a este Plano de Segurança e Saúde o respetivo Plano de Formação e Informação dos Trabalhadores assim como os registos comprovativos da realização das ações.

Devem ser promovidas ações de sensibilização que deverão ter lugar, quer num dos primeiros dias da abertura do estaleiro, quer durante a execução dos trabalhos com periodicidade previamente definida.

Estas ações deverão ser organizadas pela Entidade Executante considerando-se indispensável a participação ativa do Coordenador de Segurança em Obra.

Nestas ações deverá ser transmitido ao coletivo dos trabalhadores (incluindo nestes, os subempreiteiros e trabalhadores independentes) a política de segurança da empresa. Ao Coordenador de Segurança e Saúde em Obra competir-lhe-á apresentar de forma sucinta os aspetos essenciais contidos no Plano de Segurança e de Saúde da empreitada e que interessam à generalidade dos trabalhadores.

Para além dessas ações de sensibilização dirigidas a todos os trabalhadores da empreitada, será boa prática prever-se reuniões periódicas com grupos de trabalhadores.

Consoante as características e número de trabalhadores existentes no estaleiro, estes grupos poderão ser constituídos por categorias profissionais ou por tipos de trabalho que executam.

Estas reuniões deverão ser organizadas e dirigidas pelo Diretor da Obra ou um seu representante (sendo recomendável a participação do Coordenador de Segurança) e nelas deverão ser analisadas as fichas de inspeção e prevenção aplicáveis aos trabalhos que o grupo de trabalhadores irá executar.

A afixação de informações gerais realçando aspetos essenciais do plano de segurança e de saúde da empreitada deve ser sempre prevista. Para tal dever-se-á considerar a utilização de vitrina apropriada em local bem visível do estaleiro.

Nesta vitrina deverá afixar-se, nos casos aplicáveis:

- \_ Comunicação prévia;
- \_ Registo dos telefones de emergência;
- \_ Quadro de registo de acidentes e índices de sinistralidade;
- \_ Figuras ou desenhos com referência a aspetos da realização de trabalhos ou uso de equipamentos;
- \_ Informações relativas às ações que decorrerão no estaleiro sobre segurança e saúde, por exemplo, de sensibilização sobre o abuso do álcool, e
- \_ Outros cartazes que a natureza da obra determine.

### 3.10 –Plano de de Registo de Acidentes

O objetivo último da implementação de um plano de segurança e de saúde é a redução do número de acidentes e doenças profissionais na construção.

Sempre que ocorra um acidente (leve, grave ou mortal) deve ser efetuado um inquérito, registando-se todas as informações relevantes que permitam uma análise detalhada desse acidente.

No prazo máximo de uma semana após a data do acidente, a Entidade Executante terá que enviar à Coordenação de segurança o relatório de Investigação do acidente. Esse relatório deve conter no mínimo as causas do acidente e as medidas de prevenção implementadas, destinadas a evitar a repetição de acidentes do mesmo tipo. Esses relatórios são anexados pela Entidade Executante aos respetivos Registos de Acidentes de Trabalho.

### 3.11 –Plano Para Visitantes

A entrada no estaleiro de pessoas estranhas à execução da empreitada requer autorização do Dono da Obra e ser do conhecimento da Coordenação de segurança e do Diretor da Obra, o qual deverá assegurar que os visitantes:

- \_ São acompanhados por pessoa conhecedora do estaleiro;
- \_ Utilizam o equipamento de proteção individual obrigatório, incluindo capacete de proteção contendo na frente a inscrição “Visitante”;
- \_ Foram elucidados sobre os caminhos que devem utilizar e zonas de perigo.

Deverá também ser elaborada uma lista dos visitantes, onde se regista, para além dos seus nomes, a enti-

dade que a solicitou e a data da sua realização.

### 3.12 –Plano de Emergência

Nos termos da legislação em vigor constitui obrigação da Entidade Executante o estabelecimento das medidas a adotar em caso de ocorrência de acidente ou mesmo de uma catástrofe (incêndios, explosões, sismos, inundações, etc.).

O Plano de Emergência é essencial para serem previstas medidas eficazes para primeiros socorros e para a evacuação de sinistrados ou de todos os trabalhadores em caso de catástrofe e deve prever, nomeadamente, o seguinte:

- \_ Afixação na vitrina e junto aos telefones que existam no estaleiro, registo de telefones de emergência, nomeadamente Bombeiros, Polícia, Hospital, Serviços Camarários, Coordenação de segurança, Coordenador de Segurança e Saúde da Obra, Diretor da Obra, Encarregado Geral;
- \_ Sinalização de segurança identificando, nomeadamente, os meios de combate a incêndios e o posto de primeiros socorros;
- \_ Identificação de elementos com formação em prestação de primeiros socorros (socorristas do trabalho), devendo ser prevista uma forma rápida de comunicação com os socorristas;
- \_ Prever instalações adequadas para a prestação de primeiros socorros atendendo à dimensão da obra e ao número de trabalhadores. Tais instalações deverão ter os equipamentos e o material indispensáveis ao cumprimento das suas funções e devem localizar-se em local de fácil acesso possibilitando a movimentação de macas e serem devidamente sinalizadas;
- \_ Não devem haver trabalhadores isolados, sendo as equipas constituídas, no mínimo, por dois trabalhadores; e
- \_ Caminhos e sinalização adequada de acesso a todas as zonas de trabalhos para evacuação de sinistrados e de todo o pessoal da obra em caso de ocorrência de catástrofe.

Os documentos preparados no âmbito do Plano de Emergência serão anexados ao Plano de Segurança e Saúde pela Entidade Executante.

## 4- OMISSÕES

Em todo ao que este plano for omissor, deverá ser cumprida a legislação e regulamentos em vigor.

Albergaria-a-Velha, maio 2024

José Fernando Silva

técnico superior de SST